

O FÓRUM DE DIÁLOGO IBAS SOB UMA PERSPECTIVA TEÓRICO-CONCEITUAL

THE IBAS DIALOGUE FORUM IN A CONCEPTUAL-THEORETICAL PERSPECTIVE

Elieti Biques Fernandes¹

RESUMO

Esse artigo aborda uma investigação descritivo-exploratória por meio de uma Análise Comparativa de Conteúdo aplicada na produção acadêmica recente sobre o Fórum de Diálogo IBAS, com o objetivo principal de possibilitar uma maior aproximação e aprofundamento do conhecimento sobre o tema. A apresentação da análise está estruturada sob os títulos: caracterização, objetivos e estrutura do IBAS; categorias conceituais e abordagens teórico-conceituais que caracterizam os países membros do IBAS; e, por fim, as considerações finais da pesquisa. Ao fim, a investigação alcançou os seus objetivos, uma vez que selecionou, sistematizou e analisou comparativamente a produção bibliográfica sobre o tema. Com a finalidade problematizadora, identificou convergências, revelou possíveis limitações de entendimento, instigou pontos de reflexão e estímulo para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

PALAVRAS-CHAVE

IBAS; Brasil; Índia; África do Sul; Análise Comparativa de Conteúdo.

ABSTRACT

This work focuses on the descriptive and exploratory research through the Comparative Analysis of Content applied in recent academic production about IBSA Dialogue Forum, in order to enable a closer and deeper understanding on the subject. The presentation of the analysis is structured under the headings: characterization, structure and objectives of the IBSA, conceptual categories and theoretical and conceptual approaches that characterize the member countries of IBSA, and, finally, the conclusion of research. At the end, the research has achieved its goals, once selected, analyzed and systematized comparatively the bibliographic production on the subject of study. In order to problematize, it has identified convergences, revealed possible limitations of understanding, instigated points of reflection and stimulus for the development of future research.

KEY-WORDS

IBSA; Brazil; India; South Africa; Comparative Analysis of Content.

¹ Docente do Centro Universitário La Salle (UNILASALLE), especialista em Política Internacional (PUC), Mestre em Administração (UFRGS), graduada em Administração com habilitação em Comércio Exterior (UNILASALLE) e Formação de Professores (FEEVALE). (elieti_fernandes@hotmail.com)

Introdução

A discussão teórica em torno do Fórum de Diálogo IBAS, coalizão e/ou arranjo cooperativo formado por Índia, Brasil e África do Sul, é contextualizada a partir das possibilidades que emergiram com o final da Guerra-Fria². Nesse processo, diferentes iniciativas políticas destacaram a importância de certos grupos de países não dominantes – detentores de razoável poder de barganha - não apenas na política global e capacidade de reestruturação econômica, mas, também, em vários subsistemas regionais nos quais eles estão localizados (SENNES, 2006).

A emergência de novos Estados relevantes no âmbito global e regional caracteriza o movimento de reordenamento do Sistema Internacional (SI). Esse processo marca uma das mudanças geopolíticas mais significativas em anos recentes (SOARES DE LIMA, 2010) e constitui terreno fértil para o desenvolvimento de uma ampla revisão de conceitos, categorias e métodos analíticos relativos a esses novos atores do cenário internacional (SENNES, 2006).

Nesse contexto, o Fórum de Diálogo IBAS surge como caso prático para os analistas de Relações Internacionais (RI). Inicialmente caracterizado como mera reedição do terceiro-mundismo e do não-alinhamento dos anos 70, passa a ser gradativamente monitorado pelos atores estatais e por fundações de países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (VISENTINI; PEREIRA, 2009), não só pelo contexto sistêmico de sua emergência, mas pelas características dos países que o compõe e os elementos distintivos dessa organização frente aos demais esforços de cooperação.

O Fórum de Diálogo IBAS foi constituído em junho de 2003 na cidade de Brasília. Nessa ocasião, os chanceleres dos três países firmaram a Declaração de Brasília, documento que contempla uma ampla gama de atividades a serem desenvolvidas pelos três países: coordenação de visões sobre os grandes temas da agenda internacional, articulação dos acordos de liberalização comercial em negociação entre eles e cooperação em diversos setores (VISENTINI; PEREIRA, 2009). Além disso, Índia, Brasil e África do Sul reiteraram a necessidade de medidas efetivas para que as Metas do Milênio³ sejam efetivamente atingidas.

O autor sul-africano Francis Kornegay (2006, 2009a) aproxima o IBAS da

2 É importante mencionar que as condicionalidades e alinhamentos impostos pela Guerra Fria atuavam como fatores conducentes à fragmentação do “grande sul” (SOARES DE LIMA, 2010).

3 Em 2000 a ONU (Organização das Nações Unidas) aprovou um documento denominado “Declaração do Milênio”, um pacto assinado por 192 países membros da ONU estabelecendo o compromisso de garantir a sustentabilidade do planeta Terra. Neste documento constam oito metas a serem atingidas pelos países até 2015, as “Metas de Desenvolvimento do Milênio”, também chamadas de “Metas do Milênio” ou “Os 8 Jeitos de Mudar o Mundo”. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/metas-do-milenio/>>. Acesso em: 01 jul. 2010.

ideia do supercontinente do sul denominado Gondwana⁴, onde a África do Sul serviria como pivô, posicionado dentro do IBAS e efetuando a junção entre os oceanos Atlântico Sul e Índico.

Together the three IBSA countries encompass a population of approximately 1.3 billion people, and a GDP of more than 3 trillion (nominal) or 5.7 trillion (purchasing power parity) U.S. Dollars. [...] In terms of territory, the IBSA countries combined encompass an area three times bigger than the European Union (SOUZA, 2009, p.10).

O Fórum de Diálogo IBAS é um tema atual que expressa o novo ordenamento político-econômico mundial, ainda pouco nítido, mas com a certeza do maior destaque das economias em desenvolvimento. Posições afirmativas destacam que cooperações como essa permitem aos Países Intermediários (PI), além do posicionamento em grupo frente às decisões da agenda global, a articulação de discussões que tratem de interesses próprios. Um levantamento bibliográfico preliminar constatou que há considerável literatura disponível sobre o IBAS e espaço para uma Análise Comparativa de Conteúdo desse acervo. O desenvolvimento desse estudo se deu através de uma investigação descritivo-exploratória que analisou a produção acadêmica sobre o IBAS a fim de possibilitar uma maior aproximação e aprofundamento do conhecimento sobre o tema. E assim, identificar convergências, contribuir para o diálogo existente e revelar possíveis limitações de entendimento e possibilidades de pesquisas futuras.

Essa revisão bibliográfica concentrou-se em um conjunto de trabalhos recentes sobre o IBAS (publicações entre 2009/10) e trabalhos antigos quando referenciados de forma recorrente e/ou indicados por profissionais que desenvolveram pesquisas sobre o tema. A apresentação dessa análise será contemplada na sequência desse artigo sob os títulos: caracterização, objetivos e estrutura do IBAS; categorias conceituais e abordagens teórico-conceituais que caracterizam os países membros do IBAS e, por fim, as considerações finais da pesquisa.

Caracterização, objetivos e estrutura do IBAS

A bibliografia sobre o IBAS destaca a distinção dessa coalizão - um modelo ímpar de cooperação Sul-Sul (SOARES DE LIMA; HIRST, 2009), um exemplo vital de cooperação Sul-Sul transcontinental, um mecanismo inovador entre os arranjos plurilaterais contemporâneos, com peso político próprio e legitimidade para se apresentar como interlocutor relevante nos temas da agenda global, cujo objetivo está na ênfase dada às questões políticas e na democratização

4 Supercontinente do sul que unia América do Sul, África e o subcontinente indiano.

das estruturas de governança internacional (MOURA, 2009; PEREIRA, 2010; VISENTINI, 2010).

A exclusividade do IBAS, segundo Soares de Lima e Hirst (2009), deriva, parcialmente, do fato de contar com a parceria estratégica entre países em desenvolvimento que são Potências Regionais (PR). Esse grupo é impulsionado pelas necessidades e potencialidades do desenvolvimento e inserção internacional que se revelam a partir das possibilidades de ações conjuntas (PEREIRA, 2010). Para White (2010a, 2010b, 2009) o que distingue o IBAS de outras coalizões emergentes é o esforço de seus membros para ampliar a cooperação para o desenvolvimento.

Soares de Lima (2010) caracteriza o IBAS como coalizão e arranjo cooperativo. Como coalizão, o Fórum está centrado na construção de uma agenda política comum no plano internacional e a defesa de instituições e valores democráticos, que segundo a autora, são componentes que diferenciam a iniciativa IBAS do movimento terceiro-mundista do passado. Como um arranjo cooperativo, o Fórum constitui um arcabouço para a cooperação entre países do Sul, cooperação essa que converge no sentido da superação do passado colonial, condição comum aos países em desenvolvimento.

Quando citados os objetivos expressos na Declaração de Brasília (BRASIL, 2010), a maioria dos textos analisados os caracteriza como abrangentes e ambiciosos. Para Vaz (2009b), o objetivo e a agenda do IBAS como um fórum de diálogo político está, na sua essência, orientado para os desafios e oportunidades em nível global e para aumentar os ativos políticos de cada um dos três países nos níveis global e doméstico. Contudo, o IBAS não dispõe de estrutura formal, escritório e/ou secretariado permanente.

Para alguns autores, a falta de estrutura formal gera grandes dificuldades para a efetiva coordenação e busca dos interesses comuns do agrupamento (FLEMES, 2007, 2010). Fledes (2010) argumenta que a energia potencial da colaboração setorial do IBAS é duvidosa. Em particular, a expectativa para as negociações bilaterais e trilaterais são limitadas pela falta de complementaridade entre os países.

Por sua vez, há autores que afirmam que a ausência de formalidade estrutural responde pela maior dinamicidade das ações do grupo (SOUZA, 2009; VAZ, 2009b). Segundo Souza (2009) é, sobretudo, um exercício aberto e informal com flexibilidade para se adaptar a novas circunstâncias. No que tange à estrutura organizacional das ações do IBAS, muitos autores utilizam três dimensões, também denominadas de pilares, eixos ou aspectos do Fórum, a saber: a coordenação política, a cooperação setorial e o Fundo IBAS. Estas dimensões serão expostas a seguir.

A Coordenação Política do Fórum de Diálogo IBAS

A coordenação, ou concertação (PEREIRA, 2010), política promove um fórum de consulta e coordenação em temas políticos significantes, como a reforma da ONU e do seu Conselho de Segurança e participação em foros multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) e o Conselho de Direitos Humanos (CDH). (SOTERO, CARPENTER, 2009; IBAS, 2011).

Esse primeiro pilar do IBAS, ou dimensão externa nas palavras de Souza (2009), se relaciona com a categorização exposta pelos autores Visentini (2010), Marranghello (2009) e Filho (2009 *apud* MARRANGHELLO, 2009): relacionamento extragrupo. Para esses autores, esse nível de relacionamento contempla todas as iniciativas externas ao IBAS, inclusive o Fundo IBAS que responde pelo terceiro pilar no caso de três categorizações.

A articulação política entre os países membros do IBAS, segundo boa parte dos textos analisados, é facilitada pela existência de um conjunto de similaridades entre esses países, a saber: são estados democráticos detentores de posições geoestratégicas de influência em suas respectivas regiões; são países que enfrentam desafios sociais internacionais típicos dos países em desenvolvimento; eles possuem relativa capacidade de agir além dos seus interesses regionais e nacionais; e exibem a vontade de afirmar sua presença e aumentar a participação no SI (SOTERO, SOUZA, 2009). Para Moura (2009), esses elementos de aproximação compensariam o principal fator de afastamento: a distância geográfica.

Por sua vez, alguns autores aproximam os países em uma perspectiva histórica comparada, como Mukherjee (2009). Para esse autor, o IBAS não emergiu de nenhuma preferência ideológica dos respectivos governos, e sim, das raízes históricas semelhantes e consequente comunalidade de interesses, elemento que possibilita a coesão do grupo. Para Campbell (2009), o IBAS é um alinhamento de países de mesma opinião, em similar estágio de desenvolvimento, um mecanismo que permite que os governos coordenem suas posições frente a importantes questões do cenário internacional. Contudo, devemos avaliar a afirmação da autora, assim como outros posicionamentos deveras afirmativos, visto que as “opiniões”, ou melhor, os interesses individuais dos países e suas especificidades também exibem divergências que implicam a própria estrutura desse agrupamento.

Como apontam Oliveira *et al.* (2006; 2009), o processo de constituição de alianças Sul-Sul vem sendo recorrentemente tratado a partir do pressuposto de que a convergência de identidades de países em desenvolvimento seja um elemento aglutinador. Para esses autores é discutível, pois há interesses, embora acomodáveis, substantivamente distintos. Para Vaz (2010, 2009a), a divergência

de interesse é o elemento que caracteriza o IBAS como um acordo plurilateral, cuja multidimensionalidade é uma característica e uma virtude, pois aumenta a possibilidade de agir em conjunto, mas não necessariamente falar com uma voz única ou defender posições comuns. Nesse sentido, esse autor afirma que o plurilateralismo do IBAS promove um espaço para a flexibilidade, que pode facilitar a convergência. Esta, por sua vez, como uma condição para animar iniciativas.

A essência desse pilar, segundo Souza (2009), é a *public communiqhuè*, aqui denominada comunicação pública, ideia resgatada pelos trabalhos de Carpenter (2009) e Sotero (2009). A comunicação pública é formatada em todas as reuniões de alto nível do IBAS e representa a parte mais visível do seu esforço político. Essa comunicação contém as opiniões comuns e a evolução das posições dos três países (SOUZA, 2009). A ideia de que o Fórum, além de aproximar os países geograficamente distantes, amplifica suas posições conjuntas por meio da união de suas vozes é um elemento recorrente na bibliografia estudada. Para Moura (2009), o fato de que o IBAS representa tanto uma sinalização como uma consequência das transformações do SI, coloca a dimensão política desse Fórum como eixo central que deve orientar seu fortalecimento e seu rumo futuro.

A seguir abordaremos o segundo pilar do IBAS. Para Pereira (2010), esse seria o eixo que abarca a Cooperação Sul-Sul.

A Cooperação Setorial do Fórum de Diálogo IBAS

Segundo SOUZA (2009), através da cooperação setorial é estabelecida a ponte entre os diferentes setores da administração pública no âmbito dos países membros do IBAS. Esse eixo visa aprofundar o conhecimento mútuo e explorar possibilidades de cooperação entre os países. Para isso, foram instituídos 16 Grupos de Trabalho⁵ cujo objetivo é identificar projetos onde a experiência de um país pode servir de caso prático para incentivar as ações de outro.

Esse segundo pilar do IBAS relaciona-se com a categorização exposta pelos autores Visentini (2010), Marranghello (2009) e Filho (2009 *apud* MARRANGHELLO, 2009): relacionamento intragrupo. No relacionamento intragrupal estão contemplados os temas específicos das relações trilaterais. Quando explorado o potencial das cooperações setoriais, a maioria dos autores

5 São 16 Grupos de Trabalho que versam sobre: Administração Pública, Administração Tributária e Aduaneira, Agricultura, Assentamentos Humanos, Ciência e Tecnologia (e Pesquisa Antártica), Comércio e Investimentos, Cultura, Defesa, Sociedade da Informação, Desenvolvimento Social, Educação, Energia, Meio Ambiente e Mudança Climática, Saúde, Transporte e Turismo e Urbanismo (BRASIL, 2011). Alguns autores citam 17 Grupos por considerarem a Pesquisa Antártica como um grupo ou Comércio e Investimentos em grupos separados.

afirma que a complexidade e diversidade dos vínculos estabelecidos através desse pilar são elementos legitimadores do IBAS. Fledes e Vaz (2011) e Fledes (2010) argumentam que a cooperação setorial formará uma base sólida para a estratégia de poder brando da coalizão nos assuntos mundiais.

Cabe destacar a importância das articulações econômicas entre Índia, Brasil e África do Sul. Visentine (2010) e Moura (2009) afirmam que a parte econômica e a cooperação intragrupo têm a função de sedimentar e fortalecer a cooperação entre os países. Refletindo sobre as complementaridades econômicas, que facilitariam as articulações dentro dessa dimensão, Oliveira *et al.* (2006, 2009) afirmam que pensar o IBAS em relação à convergência de interesses comerciais internacionais é contraintuitivo. Para exemplificar, os autores citam os interesses substantivamente divergentes de Índia e Brasil na agenda multilateral de agricultura.

Na mesma direção argumentativa, Pereira (2010) afirma que a lógica da coalizão demanda explicação que contemple interesses além das questões comerciais. Segundo a autora, a aparente coesão não pode ser considerada como um dado adquirido e sim uma construção estratégica de coesão no plano das negociações comerciais multilaterais. Um olhar crítico sobre a cooperação setorial é exposto por Campbell (2009). Para esse autor, os países precisam organizar-se internamente antes de coordenar instituições trilaterais. A crítica parte da distinção dos países quanto à forma de estruturar e financiar suas pesquisas, o que por vezes dificulta a cooperação entre eles.

Em outra perspectiva, Fledes (2010) defende a ampliação da coalizão trilateral, ação que poderia gerar sinergias potenciais na colaboração setorial e mais peso nas instituições de governança global. Interessante destacar o contraponto exposto por Oliveira *et al.* (2006, 2009). Com base no trabalho de Olson⁶, os autores argumentam que a ampliação dos grupos inibe os atores a arcar com os custos da ação coletiva, visto que, quanto maior o grupo, menor será a importância das contribuições individuais, assim como menor o controle e a parcela dos benefícios gerados pela ação coletiva. Nesse sentido, é possível inferir que haveria uma retração da ação do país empreendedor político e uma maior instabilidade estrutural para a coalizão. Questão instigante, que pode compor um objeto de estudo futuro.

A seguir abordaremos o terceiro pilar do IBAS. Para Pereira (2010, p.101), esse seria o eixo que abarca a cooperação com terceiros países. Nesse eixo está inserido o Fundo IBAS de combate à fome e à pobreza. Uma inovação

6 OLSON, Mancur. Economista norte-americano que escreve sobre a utilização de modelos econômicos para a análise dos grupos sociais e da ação coletiva. Obra em português: A Lógica da Ação Coletiva, 1971.

relevante, considerando que está fora do círculo dos tradicionais países doadores (VISENTINI, 2010, SOUZA, 2009 MOURA, 2009; VISENTINI, PEREIRA, 2009; MARRANGHELLO, 2009).

O Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza

O terceiro aspecto ou pilar refere-se, segundo SOUZA (2009), à relação entre o IBAS e a Cooperação Sul-Sul em geral. Essa relação é estabelecida pelo Fundo IBAS de combate à fome e à pobreza. O Fundo IBAS passou a ser operacionalizado após a I Reunião de Comissão Mista do IBAS, em 2004, e tem antecedentes na “Iniciativa sobre a Erradicação da Fome e da Pobreza”⁷. Esse fundo objetiva apoiar projetos viáveis e replicáveis que, baseados nas capacidades disponíveis nos três países e em suas experiências bem-sucedidas, contribuam com as prioridades nacionais de países de menor desenvolvimento. Adicionalmente, espera-se que o Fundo possa fornecer exemplos de boas práticas de cooperação para o cumprimento das Metas do Milênio (BRASIL, 2011; SOUZA, 2009).

A respeito do financiamento do Fundo, as contribuições são abertas a todos os países, instituições e sociedade civil. Contudo, segundo Visentini (2010), com o passar das reuniões tem aumentado o comprometimento dos países membros do IBAS. Inicialmente, as doações de cada país membro eram de USD 100.000. Em 2005, foram aumentadas para USD 1.000.000, e, a partir de 2006, foi estipulada a periodicidade anual para as doações. Esses recursos são administrados pela Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul (UECSS) da ONU, mediante pagamento de uma taxa de administração.

Dentre os projetos financiados pelo Fundo, o *web site* institucional do IBAS (2011) e MRE (BRASIL, 2011) informam que há três finalizados, a saber: o projeto de “Desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária na Guiné-Bissau”, o projeto de “Reabilitação do Posto Sanitário de Covoada” e o projeto de “Coleta de Resíduos Sólidos: uma ferramenta para reduzir violência e conflitos em Carrefour-Feuilles”⁸. Além desses projetos, há quatro em andamento e outros em fase de pré-implementação.

A bibliografia analisada destaca a iniciativa, assim como os projetos desenvolvidos através do Fundo IBAS, como um modelo a ser disseminado onde os poderes emergentes se tornaram provedores/doadores no cenário internacional. Pensando por outro ângulo: os projetos são modestos e pontuais,

7 Conduzida pelo Brasil paralelo à 58ª AGONU (2003). Na ocasião, Índia, Brasil e África do Sul demonstraram interesse em associarem-se para o financiamento de projetos de desenvolvimento em terceiros países, com valores médios e possibilidades de serem replicados.

8 O caráter inovador do Fundo IBAS lhe concedeu o reconhecimento da ONU em 2006 com o prêmio “Parceria Sul-Sul para Alianças do Sul” pelos seus projetos na Guiné-Bissau e no Haiti.

mas efetivos nos seus propósitos políticos, quais sejam: legitimar a existência da própria concertação política entre os países e, segundo White (2009), estabelecer uma nova interface com o mundo em desenvolvimento.

Categorias conceituais que caracterizam os países membros do IBAS

A pesquisa exploratória sobre o IBAS corroborou para a afirmação de Sennes (2006) na medida em que demonstrou o emprego de diversas categorias de análise para conceitualizar os países membros. Fato apontado por outros autores, como, por exemplo: Oliveira *et al.* (2006; 2009), Marranghello (2009), Visentini (2010) e Soares de Lima (2010). Dentre as principais categorias conceituais utilizadas estão: *Middle Power*, entendido como Potências Médias, Países Intermediários, Potências Regionais e Países Emergentes. As categorias de Países Mediadores/Intermediadores, *Pivotal States* e Grandes Países Periféricos são citadas, mas não de forma recorrente como as demais.

Outro aspecto relevante é a forma em que as categorias são apresentadas. Muitos autores utilizam categorias e subcategorias a fim de atribuir mais especificidade as suas pesquisas, como é o caso das Potências Médias que abarcam os Países Intermediários e Países Mediadores, ou categorias que se justapõem como Potências Regionais e Países Emergentes.

Ao iniciar a apresentação individual das referidas categorias conceituais, citaremos o professor pesquisador Paulo Visentini (2010). Esse autor afirma que as categorias mais utilizadas são Potências Médias ou Potências Médias de Grande Porte, contudo suas definições necessitam de uma aceção mais acurada ao serem aplicadas. Partindo dessa crítica, o autor nomeia como pertinente a categoria de Países Intermediários (PI). Para esse autor, essa categoria ajuda a analisar as atuações dos países no cenário internacional em virtude das implicações de serem países sem condição de influenciar o SI individualmente, sendo assim, buscam fazê-lo por meio de alianças e ações coletivas.

Por sua vez, Hirst (2006) afirma que o conceito de PI ainda demanda precisão. Para essa autora, nem todas as Potências Médias devem ser consideradas como PI, apesar de o inverso ser verdade. Hirst (2006) afirma que a categoria de Potência Média é mais inclusiva, pois se baseia, principalmente, no PIB sem considerar o ambiente sócioeconômico interno dos países. Outrossim, os PI compartilham um conjunto específico de características comuns que os distinguem das Potências Médias (como, o tamanho da população, a identidade geopolítica etc) e exibem a capacidade de reação e iniciativa para lidar com questões econômicas, políticas e de segurança no âmbito regional e internacional.

Hirst (2006) denomina o IBAS como um grupo fluido de *Middle Powers* que reúne três países heterogêneos, característica que pode ser bastante difusa e

subjettiva, que são mais fáceis de identificar pelo que não são do que ao contrário, ou seja, distintos da grande massa de pequenos poderes que são praticamente irrelevantes internacionalmente (HIRST, 2006; SENNE, 2006), elemento que os coloca, igualmente, entre os Países Intermediários.

Conforme Hirst (2006) e Senne (2006), os PI podem ser entendidos como países que exibem grande heterogeneidade interna e interesses externos diversos. Nas palavras de Sennes (2006), esses países exibem uma combinação de vulnerabilidades e capacidades que lhes permite pesos específicos nas negociações internacionais. Esses pesos diferenciados nos fóruns internacionais representam a presença internacional multifacetada dos PI. Por sua vez, cabe citar a ideia de que a condição de PI, percebida por outros estados que fazem parte do SI e pelos próprios países denominados como tal, permite que essa categoria analítica seja incorporada nos cálculos políticos de todos os atores internacionais (SENNES, 2006).

Ao trabalharem com a denominação de PI, Oliveira *et al.* (2009) justificam a utilização do termo pela existência de interesse por parte desses países em alterar as condições oligopolistas do SI. Dessa forma, as coalizões serviriam como forma de ampliação de poder de barganha, ou ainda, como elemento legitimador de sua posição relativa no interior do sistema. Para esses autores, a qualificação de intermediário estaria mais próxima da concepção de mediador entre o universo dos países em desenvolvimento e desenvolvidos.

Flemes (2009) e Flemes e Vaz (2011) também reforçam a ideia de Países Mediadores ao identificar o Brasil e a África do Sul como estabilizadores regionais. Por sua vez, os desenvolvimentos militares da Índia respondem para uma maior relevância regional do que global. Nesse sentido, a Índia é mais importante para o IBAS que o IBAS pode ser para os interesses de segurança indianos (FLEMES; VAZ, 2011). A autora Hirst (2006) provoca a ideia de que os PI também poderiam ser vistos como *Pivotal States*. Para elucidar o conceito, sem ampliar a discussão, visto que não faz parte do escopo dessa pesquisa, cabe resgatar a definição do termo elaborado pelos autores Chase e Kennedy (1996 apud HIRST, 2006): os estados pivôs podem se tornar um suporte útil para os objetivos estratégicos dos EUA, qual seja, melhorar a estabilidade regional e internacional.

Dentro da categoria de PI, Índia, Brasil e África da Sul, também, são identificados como Potências Regionais (PR) e Poderes ou Países Emergentes. A classificação como PR é amplamente citada na bibliografia sobre o tema. A visão afirmativa dessa classificação está no fato de que o *status* de Potência Regional traz certa coesão ao grupo, ou seja, as regiões em que os países estão localizados e as suas capacidades absolutas são diferentes, contudo eles têm uma posição semelhante no SI por serem polos das suas respectivas regiões (MARRANGHELLO, 2009; VISENTINI, 2010).

Em contrapartida, a classificação dos países do IBAS como emergentes é difusa. Poucos autores são categóricos ao afirmarem que os países membros do IBAS são poderes emergentes, como Carpenter (2009) e Shani (2006). “[...] the only reason that policy coordination among the IBSA Three makes sense at all is their shared position in international politics as emerging powers” (SHANI, 2006, p.88). Para Shani (2006, p.88) “emerging powers [...] (are) middle powers on the ascendant: states that have the capability and intention to maneuver their way into great power status”.

Shelton (2006) também identifica alguns países em desenvolvimento como *Middle powers* ou *Emerging Middle Powers*. Nas palavras de Shelton (2006, p. 131), “postmodernist critics reject the framework and language of realism, arguing that crude measurements of power cannot capture the multiple realities experienced by participants in international interaction”. Esse argumento suporta a afirmação do autor de que, apesar dos recursos financeiros limitados, a África do Sul é um ator-chave da região da África austral. Conforme Kornegay (2009a, 2009b), comparada com Índia e Brasil, a África do Sul não pode aspirar um *status* de grande poder dentro do contexto global. Com efeito, o IBAS representa para a África do Sul a possibilidade de fazer parte de um coletivo de peso a fim de suportar a sua influencia global (WHITE, 2010a, 2010b, 2009).

A bibliografia estudada revela certa prudência dos autores quanto à utilização do conceito de País Emergente para todos os membros do IBAS. Assim, de uma maneira geral, a África estaria para o conceito de emergente como a Índia para o conceito de mediador regional, por vezes localizados dentro das respectivas conceitualizações, mas sob ressalvas. É relevante citar o trabalho de Gilberto Dupas (2006 apud SOARES DE LIMA 2010). Grandes Países Periféricos (GPP)⁹ designa os países periféricos detentores de massa crítica suficiente para a participação real ou potencial na economia global.

Soares de Lima (2010) atualiza a tabela dos 13 países¹⁰ classificados como GPP por Dupas (2006 *apud* Soares de Lima, 2010). A grande maioria dos países demonstrou contundente dualismo entre indicadores econômicos e sociais. Segundo essa autora, a heterogeneidade e dualismo impedem que os GPP possam se constituir como atores políticos, expressando uma coesão suficiente para a participação em arranjos de concertação política internacional. Contudo, ocorre entre alguns deles, como é o caso do IBAS.

9 Para Dupas (2006) os GPP incluem países com PIB superior a US\$ 120 bilhões, poder de paridade de compra inferior a US\$ 18 mil, e volume populacional superior a 25 milhões de pessoas.

10 Coreia do Sul, Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, Irã, México, Polônia, África do Sul, Tailândia, Turquia e Rússia.

A ideia exposta por Soares de Lima (2010), e compartilhada por outros autores, é de que a aproximação do Brasil com os polos emergentes de poder (outra denominação utilizada na bibliografia sobre o tema) foi uma construção política no contexto da configuração multipolar do SI. Oliveira *et al.* (2006; 2009) aponta uma postura tático-estratégico ou mesmo política na formação do IBAS que comporta a divergência de interesses e dá sentido a ação coletiva entre os países, ocorrência que introduz instabilidade estrutural à parceria.

O fato de os países membros do IBAS estarem diversamente denominados não obscurece a qualificação generalista de países posicionados em um nível intermediário, se considerado um contínuo de classificação dos países, aqui não discutiremos o mérito dessa análise. Entretanto, evidencia a necessidade do desenvolvimento de estudos teórico-empíricos a fim de acurar a conceitualização utilizada. Uma vez que, por exemplo, as características comuns de heterogeneidade e de presença internacional multifacetada que conferem unidade ao grupo de países denominados intermediários só o faz quando analisado de forma generalista, fora desse plano, confere diferenciação entre os países agrupados.

Pensando na questão operacional, considerar conjuntamente países que apresentem diferenças substanciais – em termos de poder e importância geopolítica; peso econômico e grau de interação à economia global; trajetórias culturais e históricas distintas, assim como, sistemas políticos domésticos, possibilita uma maneira útil de fazer perguntas a respeito dos caminhos que estiveram ou ainda podem estar disponíveis a esses países, assim como sobre fatores explicativos que ajudem na compreensão desses variados caminhos, contudo inibe outras perspectivas possíveis (HURRELL, 2009).

Essa questão é problematizada por Soares de Lima e Hirst (2009) ao afirmarem que o Brasil pode ser definido como PR por meio de indicadores econômicos e políticos, contudo o desempenho social brasileiro é extremamente frágil. Para as autoras, essa discrepância não impede que os países percebam o Brasil, e também é o caso da Índia, como PR ou um “novo influente” no SI, o que leva a deduzir que “a comunidade internacional continua utilizando critérios tradicionais na definição do significado do poder, contribuindo, de certo modo, para legitimar um modelo de desenvolvimento no qual os aspectos econômicos, políticos e sociais são considerados separadamente” (SOARES DE LIMA E HIRST, 2009, p. 72-3).

No que tange às abordagens teórico-conceituais que caracterizam os países membros do IBAS, a grande maioria dos trabalhos analisados é de caráter informativo e/ou ensaístico. Dentre as análises voltadas à aproximação

teórico-empírica, três abordagens se destacaram, a saber: *system-affecting states*, empreendedor político e Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (RSCT¹¹). Abordagens analisadas a seguir.

Abordagens teórico-conceituais que caracterizam os países membros do IBAS

System-affecting state é um termo cunhado por Keohane (1969) a fim de dar maior entendimento para o conceito de Potência Média. Para esse autor, *system-affecting states* são Estados que não conseguem influenciar os rumos do ordenamento mundial de forma individual, mas sim através de alianças e articulações coletivas¹². Marranghello (2009) e Visentini (2010) citam o trabalho de Miriam Gomes Saraiva (2007) que entende o IBAS não como uma cooperação Sul-Sul tradicional, e sim entre países *system-affecting* que exibem condições, mesmo que limitadas, de afetar o SI. O autor Sennes (2006) articula os *system-affecting states* a categoria de PI.

Cabe destacar que no âmbito dos *system-affecting states*, Keohane (1969) reconhece a dimensão psicológica como elemento distintivo desses Estados. Nesse sentido, a autopercepção dos Estados como Potências Médias é fundamental para a identificação e arquétipo do comportamento dos mesmos. Soares de Lima e Hirst (2009) convergem nesse sentido. Além da autopercepção dos Estados, há a percepção por parte dos outros Estados sobre a capacidade dos países que se distinguem no SI. Para as autoras, esses países formam um grupo de potências influentes (ou potências regionais) do qual Brasil e Índia fazem parte. Nesses termos, os países exibem capacidade individual de influência, e o agrupamento seria uma ação de potencialização dessa influência no SI, como reza o argumento sobre os *system-affecting states*.

Ao analisar os países que se articulam em cooperações Sul-Sul, com ênfase no IBAS, os autores Oliveira *et al.* (2006; 2009) afirmam que a relativamente baixa interdependência econômica e a heterogeneidade entre os PI são características que geram duas consequências importantes para as coalizões: a primeira, faz com que os fatores políticos tornem-se mais relevantes na explicação da formação desses grupos; e, a segunda, dificulta o início da cooperação e, dessa forma, cria incentivos para que os países com maiores capacidades relativas desempenhem um papel de empreendedores políticos na coordenação da ação coletiva, segundo a lógica olsoniana clássica

11 Sigla para o termo em inglês: *Regional Security Complex Theory*.

12 Ver também, *system-determining states*: potências grandes; *System-influencing states*: Estados secundários; *System-affecting states*: Estados médios; *System-ineffectual states*: Estados pequenos.

da superação de problemas da ação coletiva em contextos de interesses diferenciados¹³.

Para corroborar com o argumento do papel de empreendedor político dos países e a sua disposição de arcar com os custos desse empreendimento, Soares de Lima (2010) explica a equação que permite a manutenção da coalizão, ou seja, os países com incentivos para coordenar a ação coletiva são constrangidos a abandonar suas demandas máximas nas negociações, aumentando o custo da liderança da coalizão e, por sua vez, a unidade do agrupamento. “Nessas situações, o mínimo denominador comum passa a ser a posição negociadora possível para manter a coesão da aliança” (SOARES DE LIMA, 2010, p. 166).

Oliveira *et al.* (2006, 2009) defendem a tese de que Índia e Brasil têm maior propensão a arcar com os custos do empreendimento político da formação de coalizões. Segundo os autores, “é essa propensão diferenciada, a ser analisada em pesquisas empíricas mais calibradas, e não outra razão, que confere especificidade ao que se vem atribuindo à categoria de países intermediários” (OLIVEIRA *et al.*, 2006, p.497). Ao tratarem os países membros do IBAS como PR, os autores Visentini (2010), Marranghello (2009) e Cepik (2009, 2010), utilizam a RSCT de Barry Buzzan e Ole Weaver, 2003. Essa teoria constitui uma das ferramentas disponíveis para analisar a distribuição de poder nas diferentes regiões e a dinâmica política entre os principais atores (CEPIK, 2010).

As PR são países que possuem esfera de atuação limitada no SI, sendo chamados pelas potências globais para assuntos relativos às suas regiões, mas não sendo comumente consideradas para tratar de assuntos gerais do sistema (VISENTINI, 2010). Os RSCT dos membros do IBAS são: “América do Sul (multipolar, sendo um dos polos o Brasil), Sul da Ásia (bipolar, sendo polos Índia e Paquistão, mas sofrendo várias influências externa das grandes potências no RSCT vizinho, China e Japão) e África Austral (sendo o único polo a África do Sul)” (MARRANGHELLO, 2009, p.11).

Calcado na teoria dos RSCT, Cepik (2009; 2010¹⁴) analisa o contexto regional de segurança dos países do IBAS; as características institucionais de segurança nacional; e[,] a capacidade militar instalada desses países, a fim de avaliar as reais possibilidades de cooperação na área de segurança e defesa entre Índia, Brasil e África do Sul. Segundo Cepik (2010), a dinâmica de segurança nas três regiões é bastante distinta quanto ao nível de polarização e o perfil das

13 Para Olson “[...] a motivação da ação coletiva fundamentar-se-ia em um cálculo utilitário de custo/benefício, típico dos agentes racionais do mercado, no qual a propensão dos agentes em cooperar para uma ação coletiva pressupõe a percepção de que haverá um benefício líquido marginal derivado da ação” (OLIVEIRA *et al.* (2006, p. 476-7).

14 O texto publicado em 2010 é uma versão ampliada e atualizada do seu antecedente (2009).

ameaças impostas a cada país. Assim, a viabilidade da aliança entre as PR é analisada e reforçada com a hipótese formulada por Diniz (2006): quanto mais polarizada a região, menos recursos alocados na aliança inter-regional.

Cepik (2010) conclui que a cooperação em segurança e defesa nacional entre os países tende a ser circunscrita, sobretudo devido às limitações impostas pela realidade indiana. O estado permanente em situação defensiva dificulta o envolvimento da Índia em uma dinâmica cooperativa entre as regiões. Ao final da análise, esse autor cita possibilidades de combinação de recursos e capacidades, além de necessidades específicas de cooperação na área de defesa, entre os países do IBAS. E[,] destaca a importância da ampliação da cooperação, seja Sul-Leste e Sul-Norte, a fim de não acirrar polarizações ou alterar as respectivas balanças regionais, fato que comprometeria a própria existência do IBAS. Destarte, o autor sinaliza a importância da não caracterização de um polo localizado, ou melhor, composto por países do Sul. E sim, nas possibilidades cooperativas a partir do Sul.

Considerações Finais

Muito se tem falado do novo ordenamento global. De um SI que conta com a participação de atores, não tão novos, mas, agora, dotados da capacidade de atuar nesse cenário.

Esses atores, frouxamente denominados como PI, ou melhor, aqueles que exibem uma condição intermediária no SI, agem estrategicamente através de ações articuladas, tais como por meio de coalizões, de arranjos cooperativos, de alianças, entre outros. Nesse contexto, encontra-se o Fórum de Diálogo IBAS, servindo como caso ilustrativo para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, não só pelo contexto sistêmico de sua emergência, mas pelas particularidades dos países que o compõe e pelos elementos que distinguem esse esforço de cooperação.

Quanto à estrutura do IBAS, a bibliografia estudada revela três dimensões que acomodam as diversas ações do agrupamento, a saber: a coordenação política, a cooperação setorial e o Fundo IBAS. A dimensão política demonstrou ser o eixo central do Fórum. Essa dimensão é apoiada pelas demais que abarcam as ações legitimadoras do agrupamento, quais sejam:

A complexidade e diversidade dos vínculos estabelecidos através das cooperações setoriais exibem capacidade para formar uma base sólida para a estratégia de poder brando da coalizão nos assuntos mundiais. Para muitos autores, essa cooperação intragrupo, assim como a econômica, tem a função de sedimentar a cooperação entre os países. Contudo, há pouca convergência de interesses comerciais entre os mesmos, uma das razões pelas quais Oliveira *et al.* (2006, 2009) afirmam que pensar o IBAS em relação a esse tema é contraintuitivo. Nesse sentido, a lógica da coalizão demanda explicação que contemple interesses

além das questões comerciais, onde há uma construção estratégica de coesão no plano das negociações comerciais multilaterais, tese que converge com a ideia de países empreendedores políticos.

Por sua vez, o estabelecimento de uma nova relação de cooperação entre os países, fora do círculo dos tradicionais países doadores, por meio do Fundo IBAS, está amparado em projetos modestos e pontuais, mas efetivos nos seus propósitos políticos, quais sejam: legitimar a existência da própria concertação política entre Índia, Brasil e África do Sul.

A bibliografia estudada não poupa adjetivos para qualificar e distinguir o grupo de países. O posicionamento afirmativo dos autores é demonstrado por números que comprovam o aumento do fluxo comercial e de informações entre os países membros. Tais números buscam ilustrar a importância desse agrupamento a fim de fazer contar o seu peso coletivo na balança de poder mundial.

A perspectiva crítica, bem menos numerosa, aponta o progresso lento das articulações trilaterais, a baixa complementaridade entre os membros do IBAS e a necessidade de maior coerência e foco para os objetivos do agrupamento. No que tange às categorias conceituais que caracterizam os países membros do IBAS, a bibliografia demonstra uma grande variedade de denominações. Em linhas gerais elas tendem a generalizar os países como posicionados em um nível intermediário no SI. Por sua vez, muitos autores apontam a necessidade do desenvolvimento de estudos teórico-empíricos a fim de acurar a conceitualização utilizada.

Considerar conjuntamente países que apresentem diferenças substanciais é útil para viabilizar o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema em questão, mas, conforme Hurrell (2009), bloqueia outras perspectivas possíveis e nos prende a velhos conceitos que possivelmente não deem conta do caráter cambiante da sociedade internacional. Para conferir especificidade ao que se vem atribuindo à categoria de PI, Oliveira *et al.* (2009) apontam a necessidade de estudos aprofundados sobre a propensão diferenciada de Brasil e Índia em arcar com os custos do empreendimento político da formação do IBAS. Em adição, cabe refletir sobre a possível interlocução entre o empreendedorismo político dos países e a capacidade de alocação de recursos no âmbito da RSCT.

A dificuldade indiana na alocação de recursos para a sua aliança inter-regional é um elemento importante a ser considerado sobre a propensão desse país de arcar com os custos do empreendimento político a nível extrarregional, como é o caso do IBAS. Segundo a autora indiana Bava (2009), a Índia é um líder regional normativo atormentado pela instabilidade política. Instabilidade que fragmenta a região e enfraquece as próprias aspirações do país.

A África do Sul exibe uma menor polarização, se comparada com a Índia, mas ainda determinante para a dificuldade exibida na alocação de recursos para a

sua aliança inter-regional. O autor africano Soko (2007) destaca os investimentos desse país em termos de recursos materiais e humanos para trazer a paz e estabilidade na região, mas ainda há muito a ser feito no sentido de reduzir as guerras civis, um dos primeiros passos a caminho da estabilização regional, e quiçá, menor polarização da mesma.

A região sul-americana, comparada às duas anteriores, apresenta grande estabilidade. Por sua vez, o Brasil tem liderado o processo de integração regional, influenciando os seus vizinhos na formulação de uma agenda de desenvolvimento, resolução de conflitos e afirmação de uma identidade sul-americana (BRANCO; PINHEIRO, 2010). Há uma evidente alocação de recursos brasileiros para a construção de sua aliança inter-regional, assim como a propensão desse país de arcar com os custos do empreendimento político a nível extrarregional, como é o caso do IBAS.

Em uma primeira análise, deveras superficial, é possível inferir que há níveis de empreendedores políticos dentro de uma mesma coalizão. E que esses níveis estão relacionados, não somente com a capacidade de arcar com os custos da coalizão extrarregional, mas também com a capacidade de alocação de recursos para o estabelecimento de uma aliança inter-regional. Destarte, a demanda por estudos mais acurados sobre a propensão dos países em arcar com os custos políticos ganha nova amplitude. O Fórum de Diálogo IBAS deixa de ser uma cooperação centrada em países do Sul, localizados em diferentes regiões geográficas, para refletir uma estratégia política a partir das articulações sulistas.

Outra questão instigante, que pode ser contemplada em pesquisas futuras, é a relação entre a ampliação da coalizão trilateral, ação defendida por alguns autores, e a possível retração da ação do país empreendedor político, assim como, o aumento da instabilidade estrutural da coalizão, inferências advindas da análise do trabalho dos autores Oliveira et al. (2006, 2009).

Ao fim, a investigação descritivo-exploratória da produção acadêmica recente sobre o IBAS alcançou os seus objetivos, uma vez que selecionou, sistematizou e analisou comparativamente a produção bibliográfica sobre o tema. Com a finalidade problematizadora, identificou convergências, revelou possíveis limitações de entendimento, instigou pontos de reflexão e estímulo para o desenvolvimento de pesquisas futuras. Como limitante, sempre está a sujeição aos prazos de pesquisa, tipos e quantidades de categorias analisadas, contudo o estudo não se fez findo e sim iniciado a partir desse levantamento bibliográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANCO LUIZ, E. M. ; PINHEIRO, C. R. O soft Power brasileiro como forma de integração sul americana. *In: XIX Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito*, 2010, Florianópolis: Fundação Boiteux, 2010.

BAVA, Ummu Salma. India's Foreign Policy in the Regional Context. *In: Emerging. Powers: India, Brazil and SouthAfrica (IBSA) and the Future of South-South Cooperation*. Woodrow Wilson International Center for Scholars, Special Report, Aug. 2009.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. MRE. **Web site institucional**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/?searchterm=IBAS>>. Acesso em: 01 de dez. 2010.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. MRE. **Web site institucional**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-ibas/fundo-ibas>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

CAMPBELL, Zélia. IBSA: Overview and Perspectives. *In: IBAS. O Brasil no Mundo que Vem Aí. III Conferência Internacional de Política Externa e Política Internacional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CARPENTER, Carey. Global Governance, South-South Economic Relations, and Foreign Policy Strategies. *In: Emerging. Powers: India, Brazil and SouthAfrica (IBSA) and the Future of South-South Cooperation*. Woodrow Wilson International Center for Scholars. Special Report. Aug. 2009.

CEPIK, Marco. Segurança Nacional e Cooperação Sul-Sul: Índia, Brasil e África do Sul. *In: SOARES DE LIMA, Maria Regina; HIRST, Monica. Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e Oportunidades para Novas Parcerias*. Paz & Terra: Rio de Janeiro, 2009.

_____. Segurança Regional, Instituições de Defesa e Capacidades Militares nos Países do Fórum IBAS: Índia, África do Sul e Brasil em perspectiva comparada. *In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes; CEPIK, Marco Aurelio; PEREIRA Analúcia Danilevicz. G3 - Fórum de Diálogo IBAS: uma experiência de cooperação Sul-Sul*. Curitiba: Juruá, 2010.

FLEMES, Daniel; VAZ, Alcides Costa. **Security Policies of India, Brazil and South Africa: Regional Security Context as Constraints for a Common Agenda.** *In: Working Paper*, German Institute of Global and Area Studies – GIGA, n. 160, Feb. 2011.

_____. India-Brazil-South Africa (IBSA): South-South Cooperation or Trilateral Diplomacy in World Affairs? *In: Poverty in Focus*, International Policy Centre for Inclusive Growth, n. 20, 2010.

_____. **Emerging Middle Powers' Soft Balancing Strategy: State and Perspectives of the IBSA Dialogue Forum.** Working Paper, German Institute of Global and Area Studies – GIGA. n. 57, Aug. 2007.

HIRST, Monica. Intermediate States, Multilateralism & International Security. *In: VAZ, Alcides Costa. Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa.* Brasília: Editora UNB, 2006.

HURRELL, Andrew. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes? *In: HURRELL, Andrew et al. Os Brics e a Ordem Global.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

IBAS. **Web site institucional.** Disponível em: <<http://www.ibsa-trilateral.org>>. Acesso em: 1 jun. 2011.

KEOHANE, R. Lilliputian's Dilemmas: Small States in International Politics. *In: International Organization*, v. 23, n. 2, primavera, 1969.

KORNEGAY, Francis A. Global Governance & Foreign Policy: the south african dimension of IBSA. *In: Emerging Powers: India, Brazil and South Africa (IBSA) and the Future of South-South Cooperation.* Woodrow Wilson International Center for Scholars, Special Report, aug. 2009a.

_____. South Africa's South-South Dilemmas: will a BRIC fall on IBSA? *In: Global Insight: a focus on current issues.* Institute for Global Dialogue, Issue 88, jul. 2009b.

_____. IBSA: toward a 'Gondwanan' strategic vision. *In: Synopsis.* Policy Studies Bulletin of CPS, Joanesburgo, Center for Policy Studies, v. 8, n. 2, aug. 2006.

MARRANGHELLO, Leticia dos Santos. A Relação do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) com os eixos da política Externa do Governo Lula. Monografia de Conclusão do Curso de Bacharel em Relações Internacionais. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Departamento de Ciências Econômicas (2009). Orientador: Visentini.

MOURA, Gilberto F. G. O Diálogo Índia, Brasil, África do Sul - IBAS. Balanço e Perspectivas. *In: IBAS*. O Brasil no Mundo que Vem Aí. III Conferência Internacional de Política Externa e Política Internacional. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MUKHERJEE, Aditya. IBSA: Overview and Perspectives. Historical Roots of the Common Challenges of India, Brazil and South Africa. *In: IBAS*. O Brasil no Mundo que Vem Aí. III Conferência Internacional de Política Externa e Política Internacional. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

OLIVEIRA, Amancio Jorge Nunes de; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel de. Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. *In: Contexto Internacional*, v. 28, n. 2, dez. 2006.

_____; OLIVEIRA, Emmanuel de; ONUKI, Janina. Coalizões sul-sul e multilateralismo: países intermediários e o caso do IBAS. *In: LIMA, Maria R. S.de; HIRST, Monica. Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e Oportunidades para Novas Parcerias*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A Dimensão Econômico-Comercial: IBAS, a constituição de uma agenda comum de cooperação sul-sul. *In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes; CEPIK, Marco Aurelio; PEREIRA Analúcia Danilevicz. G3 - Fórum de Diálogo IBAS: uma experiência de cooperação Sul-Sul*. Curitiba: Juruá, 2010.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *In: Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: IBRI, ano 50, n.2, 2007.

SENNES, Ricardo Ubiratan. Brazil, India and South Africa: Convergences and Divergences in Intermediate Countries International Strategies. *In. VAZ, Alcidez Costa. Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa*. Brasília: Editora UNB, 2006.

SHANI, Varun. Tangential yet Tangible: IBSA in the Context of India's Security Concerns. *In*: VAZ, Alcides Costa. **Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa**. Brasília: Editora UNB, 2006.

SHELTON, Garth. South Africa's Engagement with the Global Security Agenda: areas for co-operation within the IBSA framework. *In*: VAZ, Alcides Costa. **Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa**. Brasília: Editora UNB, 2006.

_____. Brasil e os polos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul. *In*: BAUMANN, Renato. **O Brasil e os demais BRICs: Comércio e Política**. Brasília: CEPAL – Escritório do Brasil/IPEA, 2010.

_____ ; HIRST, Monica. Brasil como país intermediário e poder regional. *In*: HURREL, Andrew *et al.* **Os Brics e a Ordem Global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

SOKO, Mills. A África do Sul e as ameaças tradicionais e não-tradicionais à segurança regional. *In*: KORNEGAY, Francis A.; DADA Jabulani. **A África do Sul e o IBAS**. Desafios da Segurança Humana. Porto Alegre: Editora da UFRGS/FUNAG/MRE, 2007.

SOTERO, Paulo. Introduction. *In*: **Emerging. Powers: India, Brazil and South Africa (IBSA) and the Future of South-South Cooperation**. Woodrow Wilson International Center for Scholars, Special Report, Aug. 2009.

SOUZA, Francisco Figueiredo de. IBSA: a Brazilian perspective. *In*: **Emerging. Powers: India, Brazil and South Africa (IBSA) and the Future of South-South Cooperation**. Woodrow Wilson International Center for Scholars, Special Report, Aug. 2009.

VAZ, Alcides Costa. IBSA: The prospects of a Plurilateral Arrangement. *In*: **Poverty in Focus**, International Policy Centre for Inclusive Growth, n. 21, 2010.

_____. The Role and Potential of IBSA as a Plurilateralism Arrangement. *In*: **Apresentação no IBSA Academic Forum**, Brasília, Apr. 2009a.

_____. IBSA and Brazil's Regional Policy: competing or complementary foreign policy dimensions. *In*: **Emerging. Powers: India, Brazil and South Africa (IBSA) and the Future of South-South Cooperation**. Woodrow Wilson International Center for Scholars, Special Report, Aug. 2009b.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A Dimensão Política: O IBAS Multilateral, Trilateral e Geopolítico. *In*: VISENTINI, Paulo G. Fagundes; CEPIK, Marco Aurelio; PEREIRA Analúcia Danilevicz. **G3 - Fórum de Diálogo IBAS: uma experiência de cooperação Sul-Sul**. Curitiba: Juruá, 2010.

_____; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. As Bases do IBAS: o desenvolvimento e a inserção internacional da Índia, do Brasil e da África do Sul. *In*: **IBAS. O Brasil no Mundo que Vem Aí. III Conferência Internacional de Política Externa e Política Internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

WHITE, Lyal. IBSA: reflect, Realign & Redefine. *In*: **Apresentação no IBSA Academic Fórum IPC**, Brasília, Apr. 2010a.

_____. IBSA Six Years On: Co-operation in a New Order. *In*: **Poverty in Focus**. International Policy Centre for Inclusive Growth, n. 21, 2010b.

_____. IBSA Six Years On: Co-operation in a New Order. *In*: **Policy Briefing 8. Emerging Powers Programme**, SAIIA, nov. 2009.

Recebido em Agosto de 2012
Aprovado em Outubro de 2012